



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARLADO EM HUMANIDADES**

TEREZINHA JOSÉ INSUL

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL BRASIL/GUINÉ-BISSAU 2003/2010:
PROJETO EDUCACIONAIS IMPLEMENTADOS NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

TEREZINHA JOSÉ INSUL

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL BRASIL/GUINÉ-BISSAU 2003/2010:
PROJETO EDUCACIONAIS IMPLEMENTADOS NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

TEREZINHA JOSÉ INSUL

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL BRASIL/GUINÉ-BISSAU 2003/2010:
PROJETO EDUCACIONAIS IMPLEMENTADOS NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, modalidade projeto de pesquisa, apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 25/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Santos Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer á Deus, por me guiar e abençoar em toda, a minha vida acadêmica e, por me ter colocado no meio de uma família de coração boa, na qual vou agradecer meu tio Joaquim Filinto Silva Ferreira e minha tia Maria Rosa De Sá Évora Ferreira, minha imensa gratidão aos meus Pais, na pessoa da minha mãe Bitum Sam a mulher guerreira e batalhadora e o meu pai José Manuel Insul por ser um pai maravilhoso e pelos conselhos que recebi a vida toda. Enfim vou agradecer aos quatro pais que me amaram e me apoiaram tanto.

Minha gratidão á minha orientadora Cristiane Santos Souza pelo apoio dado na realização desse projeto de pesquisa.

Meus agradecimentos á minhas irmãs: Celestina, Vanessa, Solange, Samantha, N'canha, Angélica, Samuel.

Agradeço ao meu namorado Quintino Pana pelo carinho, amor e apoio que sempre me deu e pela amizade, e por tudo que me tem ensinado e principalmente pelos conselhos e por nunca ter me deixado desistir dos meus sonhos, meu muito obrigado!

Reconheço a minha tia (in memoria) a pessoa mais importante em minha vida pois sempre lutou para que eu tivesse uma boa educação e conhecimento escolar. Agradeço a ela por carinho, amor e pela confiança que depositava em mim.

Minhas gratidões á Aldair Mango, Nimesio Lopes e Marcos Vinícius da Silva pela paciência que sempre tiveram comigo e pelo apoio que me deram nos momentos e as dúvidas tiradas por vocês na realização desse trabalho.

Agradeço a UNILAB pela grande oportunidade que me deu para participar no processo seletivo para continuar a minha vida acadêmica. Serei grata por todo, Sempre foi um sonho terminar meus estudos fora do meu país pelas dificuldades que o país tem em oferecer um bom ensino superior e para viver novas experiencias. Aproveito pra agradecer a todos os Docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira que sempre deram o melhor deles.

Enfim agradeço a todos/as que estiverem em minha vida nos meus bons e maus momentos e peço desculpas cujo aqueles que não mencionei, mas que saibam que estou muito agradecida por fazerem parte de minha vida. Sem esquecer de todos os tecnicos da Unilab minhas gratidão a todos pelos serviços prestados ao longo de todo o meu percurso.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	ESTRUTURA DO TRABALHO	9
3	PROBLEMA DE PESQUISA	9
4	HIPÓTESE	9
5	OBJETIVOS	9
5.1	GERAL	9
5.2	ESPECÍFICOS	10
6	JUSTIFICATIVA	10
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
8	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
9	CRONOGRAMA	18
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

A cooperação Sul-Sul é um programa que visa estabelecer apoios entre países desenvolvidos e aqueles em via de desenvolvimento, ou seja, entre os países do Sul global (SILVA, 2011). Ela pode ser solidária com o objetivo de promover trocas comerciais, boas práticas e o reconhecimento das diferenças e interesses em benefícios próprios para poder acelerar o ritmo do crescimento econômico para competição mundial.

Em consonância com isto, Djaló (2014) afirma que as relações políticas diplomáticas entre essas duas nações são ambíguas por dois motivos: primeiro, provêm de um processo histórico que representou esses dois países no atlântico sul nos séculos passados, isto é, teve origem no processo de desumanização dos africanos durante a escravatura; segundo, baseia-se nos intercâmbios culturais e na promoção da língua portuguesa (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016)

Ao falar dessa relação Brasil-África, em especial, com a Guiné-Bissau é compreensível que seja melhor analisar o passado histórico para compreender melhor o presente, porque os discursos usados nesse reestauração diplomático baseiam-se na questão da civilidade que une a América Latina, em particular o Brasil, com o continente africano (AMORIM, 2013). Continuando com o raciocínio de Djaló (2014), o interesse do Brasil em apoiar a Guiné-Bissau, é por, estarem relacionados aos fatos históricos, embora os interesses econômicos sejam principais fatores inerentes a esse processo.

O presente trabalho visa identificar e analisar o desenvolvimento dos projetos educacionais implementados na Guiné-Bissau no quadro da cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil, durante o governo do Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) entre os anos de 2003-2010.

Segundo Rizzi (2012), a Cooperação Sul-Sul tem ajudado muito a nação guineense no desenvolvimento de ensino superior, e não só, como também em outros níveis educacionais. As relações entre o Brasil e os PALOP's têm ajudado muito a nação guineense, impulsionando o desenvolvimento no setor educativo e nas demais necessidades conjunturais. Levando em consideração as informações disponíveis confirmadas por Rizzi (2012), o país se tornou independente na primeira metade dos anos 1970, ou melhor, em 1973 e em 1974 foi reconhecido oficialmente por Portugal. Nessa ordem, de ideia, as necessidades autônomas vêm sendo mais urgentes. A partir desse momento, o país começou a estabelecer tratados de cooperação com os países parceiros internacionais e regionais para responder as demandas em torno do desenvolvimento.

Porém, antes de falarmos sobre as cooperações entre Brasil e Guiné Bissau, no

referido sector é importante fazermos um breve apontamento da situação geográfica deste país africano. De acordo com Gomes (2016),

A República de Guiné-Bissau, país que fica situado na Costa Ocidental da África, e é limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry, e Oeste pelo Oceano Atlântico. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km², e a sua população é de 1 milhão e 600 mil habitantes (resultado provisório do último censo realizado em 2009). Sua capital é Bissau, cidade que concentra o maior número da população. O país é constituído por uma parte continental e uma parte insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas. (P, 2).

O país foi colônia portuguesa até 1973, libertando-se do jugo colonial português. Após a conquista da independência, a Guiné-Bissau encontrava-se literalmente instabilizada, no âmbito político-social, estando vulnerável e que necessitava se reestruturar e se reerguer enquanto nação.

O modelo de organização política do país, está baseado no multipartidarismo de uma república semi-presidencial, em que o chefe de Estado é o presidente e o de governo, o primeiro-ministro, sendo atribuído a ele/a o dever de administrar a função pública do país, digamos assim.

As frequentes instabilidades políticas e econômicas têm afetado significativamente o sistema educativo da Guiné-Bissau, porém, fato que fez a cooperação torna-se uma ferramenta fundamental para estimular o sistema educativo. Nesse horizonte entanto, O Brasil, através do governo Lula, estabeleceu uma cooperação técnica com a Guiné-Bissau na referida área; dessa cooperação surgiram vários projetos que tiveram impactos significativos e que deram oportunidade de formação técnica e profissional a muitos jovens guineenses.

No entendimento do Itamaraty a cooperação educacional é:

[...] uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. A política externa para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômicas, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação educacional contribui para o desenvolvimento econômico. Em um mundo globalizado, em que a capacidade de uma economia para atrair capitais, investimentos e tecnologias está condicionada ao nível educacional e à qualificação de seus recursos humanos, iniciativas de cooperação educacional objetivam a inserção competitiva no mercado internacional. (ITAMARATY, *apud* CAMBANCO, (p 57, 2016).

De acordo com o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, a cooperação técnica é um dos pilares de cooperação internacional, busca melhores práticas para alcançar grande nível de desenvolvimento.

A cooperação técnica é um dos pilares da cooperação internacional. O seu foco é o desenvolvimento de capacidades entendidas como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento (MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL, 2013, *apud* CAMBANCO, p 52, 2016).

No entanto, várias nações vem celebrando parceria no intuito de superar as objeções e se fortificar para encarar os desafios. Existem diversos projetos cooperacionais do Brasil para com a Guiné Bissau, os quais tem contribuído bastante na formação e capacitação de jovens guineenses

A cooperação Brasileira baseia-se em programas utilizados a nível doméstico para solução de problemas nas áreas como saúde, educação e desenvolvimento tecnológico também promove a institucionalização do estado. Dentre os projetos desenvolvidos existem mais de 23 (vinte e três) projetos de cooperação técnica, sendo os mais significativos em termos econômicos os realizados pelo Centro de formação Brasil - Guiné-Bissau que é o berço do SENAI; e os de primeira escola da Polícia Federal fora do território brasileiro, o Centro de Formação das forças de segurança Brasil-Guiné-Bissau.

Ainda na área educacional o Brasil contribuiu na formação de muitos quadros guineenses através do Programa de Estudante do Convênio de Graduação (PEC-G) criado em 1965, no âmbito do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), como projeto de cooperação educacional internacional é um programa que o Brasil possui com os países em vias de desenvolvimento como a Ásia, África e América Latina, e consiste em oferecer oportunidades aos jovens destes países, na faixa etária de 18-24 anos de cursarem nas instituições do ensino superior Brasileiras.

No entanto, este programa também proporciona o intercâmbio e oportunidades para os jovens e também tem a finalidade de alavancar os países em via de desenvolvimento nas áreas educativas e como também político econômico e social.

Dentro da quantidade e variedade de projetos de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em particular na área educacional, o trabalho irá focar nos projetos educacionais implementados na Guiné-Bissau no âmbito da cooperação Sul-Sul entre Brasil/Guiné-Bissau e os efeitos na sociedade guineense com a formação superior de novos quadros profissionais.

2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para melhor organizar as questões e reflexões sobre o tema em foco, o trabalho segue organizado em 7 partes, além desta introdução, as considerações finais e as referencias bibliograficas. Na primeira parte apresento o problema que orienta a proposta da pesquisa. depois apresento a hipótese. Em seguida exponho os objetivos; a justificativa, a fundamentação teórica e por último fechando a discussão com procedimentos metodológicos.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

As constantes crises e instabilidades políticas, fizeram com que o sistema educacional da Guiné-Bissau tivesse uma série de problemas em termos sociais e políticos se intensificaram. De acordo com Wilson Pedro Té, (2015), a cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil tem laços desde a década de 1970; porém, essa cooperação se fortaleceu no governo Lula. No entanto, a nossa pergunta de partida consiste em compreender como a cooperação educacional entre esses Estados vêm contribuindo para a formação de quadros guineenses e na superação dos desafios sociais existentes na Guiné-Bissau?

4 HIPÓTESE

Partimos da hipótese de que a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau pode impactar em médio e longo prazo no âmbito educacional da sociedade guineense. Acredita-se que a cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil na área da educação tem uma grande influência no desenvolvimento do país e no aprimoramento na educação Bissau-guineense por meio dessas cooperações muitos jovens tiveram acesso a formação dentro e fora do país.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

- ✓ Compreender os impactos da cooperação educacional Guiné-Bissau/Brasil durante

o governo do ex presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (Lula) no aperfeiçoamento do sistema educativo da Guiné-Bissau, entre os anos 2003-2010.

5.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- ✓ Compreender as relações políticas e pedagógicas na Guiné-Bissau no quadro Compreender da cooperação educacional durante o governo de Luiz Inácio Lula Da Silva (Lula).
- ✓ Contextualizar a cooperação educacional estabelecida Guiné-Bissau Brasil durante o mandato de Lula;
- ✓ Pesquisar e mapear os projetos educacionais desenvolvidos na Guiné- Bissau no quadro da cooperação Sul-Sul observando o marco temporal acima referido.

6 JUSTIFICATIVA

Depois de entrar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), constatamos que para ter grau de Bacharelado em Humanidades é necessário apresentar um trabalho acadêmico, monografia, artigo, Projeto de Pesquisa, etc. por assim ser uma obrigatoriedade e, principalmente pelo meu interesse em saber quais os projetos Educacionais implementados pelo Governo Federal do Brasil em Guiné-Bissau e para melhor compreender os impactos desses projetos dentro da sociedade guineense, ao qual faço parte e posteriormente estou pensando fazer Relações Internacionais achei pertinente falar sobre cooperação educacional entre Brasil/África em especial Brasil- Guiné-Bissau.

Por ser guineense este trabalho poderia vir a servir como material didático para futuras pesquisas acadêmica, como se sabe nas sociedades africanas valorizam-se mais a oralidade onde os mais velhos são bibliotecas e transmissores do conhecimento para os mais novos através da fala. Porém, a UNILAB, com a sua política de recuperar a nossa história e da nossa ancestralidade, a escrita servirá de arma para nos defender e também permitirá que possamos contar as nossas próprias histórias e não aqueles que foram contados pelos outros.

Este estudo constitui um contributo acadêmico voltado para a temática da educação e das relações internacionais, tendo em conta o fraco progresso na área da educação, na Guiné-Bissau, na qual se torna pertinente uma investigação científica para melhor compreender o

funcionamento desses processos sociopolíticos.

A universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira nasce através de uma cooperação solidária entre Brasil e Timor Leste e os países africanos da língua oficial portuguesa o que significa que estudantes guineenses não são os únicos que deixam suas terras natais em busca de conhecimentos acadêmicos, mas também estudantes angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses, moçambicanos, bem como brasileiros de outras regiões do país.

O Brasil vem atuando significativamente no campo educacional na Guiné-Bissau, pois bem, o projeto UNILAB apesar de não fazer parte dos projetos posto em Guin-Bissau mas mesmo assim atuando dentro do Brasil já formou muitos quadros guineenses, e continua ajudando muito na educação dos estudantes guineense. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira tem contribuído muito na formação do jovem guineense, desde 2011 até 2018. Mais de 350 estudantes guineenses passaram pelo processo de formação profissional nas diferentes áreas e cursos da Unilab, conforme documentação institucional da Universidade. E atualmente, são aproximadamente 667 estudantes ativos na instituição

O ensino superior é uma instituição acadêmica e social que produz conhecimento científico, e confere poder e status às pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma formação superior dentro da sociedade. As pessoas que detêm o conhecimento científico especializado conferido pela academia ampliam de possibilidades de acesso e poder no seio da sociedade moderna (YUNG, 2007). Pensando no Sistema Educativo guineense, para nos inserimos no ensino superior é obrigatório concluir Ensino secundário e complementar por via geral que dá acesso a Universidades, Institutos Superiores ou Técnicos, Escolas Universitárias. Na palavra de YUNG (2017), o Ensino Superior é:

O ensino superior é uma instituição acadêmica e social que produz conhecimento científico, e confere poder e status às pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma formação superior dentro da sociedade. As pessoas que detêm o conhecimento científico especializado conferido pela academia beneficiam de possibilidades de acesso e poder no seio da sociedade moderna (YUNG, 2007).

Levando em conta, as considerações de Young, de que o ensino superior, o estado da Guiné-Bissau através do Ministério da Educação, não tem uma política do ensino que prepare os jovens estudantes para o ensino superior. Podemos ver o exemplo claro disso na Unilab, onde os estudantes guineenses atravessam várias dificuldades desde a interpretação de texto e até articulação da língua portuguesa. Esse fato se deve porque o Estado guineense nunca coloca a educação como prioridade.

Houve um pequeno esforço da parte do governo da Guiné-Bissau na institucionalização do ensino superior com a criação da Universidade Pública Amílcar Cabral (UAC) em 1999 e na aprovação das universidades privadas. Apesar de ter boas iniciativas o governo não soube desenvolver com eficiência a manutenção e conservação das instituições.

As instituições do ensino superior guineenses se encontram ainda numa fase embrionária, com uma série de dificuldades operacionais que dificultam o funcionamento efetivo das instituições do ensino superior pública, como também daquelas de capital privado.

Atualmente existe instituições públicas na Guiné-Bissau, mas é pago uma parcela cobrada pelo Estado (o preço varia dependendo do curso e do ano entre 20, 25, 30 e 35 mil CFA) que é considerado como propina para reabilitação da universidade e a outra metade é o estado quem garante a outra parcela.

A Guiné-Bissau é um país onde o ensino superior chegou mais tardiamente, se comparando com os outros países ex-colônias portuguesas. Talvez essa diferença e a precaridade do ensino no país, possam se entender pelo fato da Guiné-Bissau ter funcionado como país de exploração e não de povoamento, bem como o pouco interesse dos sucessivos governos pós-independência que nunca colocaram a educação como prioridade.

Nessa perspectiva em conformidade com Parente (2009) que explica em Angola o ensino foi institucionalizado em 1962 tendo criado sua primeira universidade pública em 1968. Enquanto na Guiné-Bissau o surgimento do ensino se deu por várias etapas até sua institucionalização em 1999 e acabou por começar suas atividades em 2003.

A maioria desses estudantes não tinham como estudar numa universidade privada em Guiné-Bissau, tendo em conta as dificuldades dos pais e encarregados de educação para pagamento da formação dos/as filhos/as, sobrinhos/as, uma vez que, a maioria dos pais são funcionários do governo com um salário baixo que não chega para arcar com alimentação e estudos sem contar que os cursos são muito caros, torna difícil para maioria dos pais assumirem pagamentos das mensalidades dos filhos para estudar nas universidades privadas.

Em acordo Tcham(2012) o incentivo de muitos guineenses em vir estudar no Brasil tem haver com a falta de instituições de ensino superior no país de origem. Assim é por falta de universidades públicas de ensino superior que possa atender a camada de estudantes menos favorecido fato esse que fez com que muitos estudantes se deslocam em busca de uma formação superior fora do país. Em conformidade com Brandão

No tocante a migração estudantil internacional na África Subsaariana alunos africanos envolvidos nesta mobilidade apontava diversas razões para estudar no exterior entre as quais se destacavam as experiências de estudar fora e viver no

estrangeiro, uma formação de preparação para viver num mundo cada vez mais globalizado e a falta de acesso ao ensino superior de melhor qualidade em seus países (UNESCO, 2006).

Devido a dificuldades financeiras e falta de interesse dos governos no setor de ensino, obrigam esses estudantes a migrar-se para exterior a procura dos novos conhecimento que atendem suas necessidades. Conforme Neusa Gusmão (2011).

Os processos de formação de quadros de nível superior e de políticas entre países diversos colocam em mobilidade jovens africanos de diferentes nacionalidades e origens que buscam formação académica, qualificação profissional e se beneficiam dos acordos bilaterais entre países.

Esta investigação pode contribuir para futuras pesquisas nos estudos das Humanidades nas áreas das Relações Internacionais, como um trabalho acadêmico, que vislumbra a cooperação Sul-Sul Brasil e a África e em especial Guiné-Bissau, bem como para orientação, criação e ampliação de outras políticas públicas e melhoria da educação no país.

Conforme descrito anteriormente, desde muito cedo, o Brasil se importou com a Guiné-Bissau, foi um dos primeiros países a reconhecer sua independência, apresentando e desenvolvendo ações de cooperação com o país. Segundo Jéremie Nicole Dron, *apud* CAMBANCO (2016)

O Brasil foi, o primeiro país a reconhecer a independência angolana e o governo independente Bissau-guineense, antes do Portugal. A cooperação Sul-Sul se intensifica, em particular com a instauração da cooperação para o desenvolvimento. A aproximação com a África, seus recursos naturais e econômicos se fortalecem.

É de suma importância trazer essa abordagem, por outro lado e na mesma linha do pensamento Lessa; Penna Filho (2007), citado por Aldine Valente Bathillon que destacou seu trabalho sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil quanto a independência da Guiné-Bissa e estabelecendo vínculos e relações de cooperação dobruçou sobre reconhecimento.

É importante apontar que o Brasil foi primeira nação na época a reconhecer oficialmente a independência da Guiné-Bissau em 16 de junho de 1974. E logo de seguida tendo aberto uma embaixada na Guiné. O Itamaraty agiu rápido e fez o reconhecimento antes mesmo que a antiga metrópole o fizesse, e este gesto foi compreendido como pela diplomacia lusa como sendo alegórico à mudança da posição do Brasil em relação ao problema colonial. E sendo assim, o Itamaraty deu conhecimento antecipadamente ao governo português, contudo como o objetivo era de fato pressionar Portugal, o comunicado só foi efetuado 24 horas antes do anúncio do reconhecimento da independência. (LESSA; PENNA FILHO, 2007 *apud* BATHILLON, 2016)

O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil foi de extrema importância porque com esse reconhecimento o Brasil ganhou o seu posicionamento sistema mundial.

Digamos que a posição do Brasil com a Guiné-Bissau serviu para o engrandecimento de sua popularidade na África por ser uma nação que faz aproximação e contribuições para o desenvolvimento da nação Africana.

Foi importante o Brasil reconhecer a independência da Guiné-Bissau o que ajudou muito, pois possibilitou a criação do vínculo e cooperações que estão a ocorrer até os dias atuais.

Dito isso, esta investigação têm a finalidade de contribuir para futuras pesquisas nos estudos de Humanidades nas áreas das Relações Internacionais, como um trabalho acadêmico, que veslumbra a cooperação Sul-Sul Brasil e a África em especial a Guiné-Bissau, bem como orientação, criação e ampliação de outras políticas públicas e melhoria da educação no país.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O acordo básico de cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau foi assinado em 18 (dezoito) de maio de 1978, segundo a AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2013). O objetivo do acordo era de favorecer abertura de novas oportunidades para a cooperação vistos como prioridade entre os dois países.

Porém, como já dito anteriormente, nosso foco é nos projetos de cooperação na área da educação firmados e colocados em execução a partir de 2003.

Ainda no final de 2011 o programa bilateral com a Guiné-Bissau foi composto por 08 (oito) projetos bilaterais em execução nas áreas de formação profissional que são: agricultura, inclusão social e direitos humanos e o programa trilateral e composto por 05 (cinco) projetos em execução nas áreas de segurança pública e educação.

Constata-se no quadro da Cooperação Educacional com a Guiné-Bissau, o Estado Brasileiro desde 1978 vem atuando nas seguintes áreas de formação: Alfabetização de jovens e adultos; Concessão de bolsas de estudo; Currículo e gestão; Educação e esporte; Educação preventiva, Educação profissional e estrutura da educação superior (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013).

A fundamentação teórica para esta investigação será constituída, inicialmente, por autores que analisam e discutem questões de cooperação internacional, em especial na área

educacional. Porém, antes de trazer discussão de alguns autores que se debruçam sobre esse tema, gostaria de trazer definição sobre cooperação e educação.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC):

A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro.

Posto isto, vale referir que a cooperação é um processo que inclui duas partes, por exemplo: dois Estados ou até mesmo duas pessoas ou mais, com objetivo de ajudar mutuamente com benefícios por partes. Porém, de acordo com Souza (2014) citado por Luiza Brasileiro de Almeida, o conceito de “assistência” (tradicionalmente empregado por países desenvolvidos), é utilizado pelos países do sul como “cooperação”. A cooperação, ao contrário de assistência, remete a uma relação de benefícios mútuos, maior participação e horizontalidade.

Segundo Berndt, citado por Almeida, entende que a horizontalidade da cooperação é uma aptidão que diretamente influencia a cooperação brasileira.

A horizontalização da cooperação é uma tendência que vem influenciando diretamente nos instrumentos de cooperação brasileira, sendo a cooperação técnica uma das principais ferramentas de aproximação de promoção nacional do Brasil e uma importante forma de aproximação diplomática com outros países (BERNDT, 2009, *apud* Almeida, 2015).

Quando se trata da horizontalidade, implica que não há uma hierarquização de poder, mas sim, é quando todos se colocam no mesmo nível com opiniões diferentes, mas ninguém se sente inferiorizado, todos se sentem inseridos e valorizado. A cooperação técnica relançou o Brasil tanto a nível nacional como internacional. De acordo com Carlos Alfonso Iglesias Puente, citado por Mango (2016), lembra que:

A Cooperação Técnica foi reconhecida como parte da Cooperação Sul-Sul, somente no ano 2004, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Porém foi instituída formalmente pela mesma, por meio da resolução número 200, de 1948 e recebeu inicialmente o nome de Assistência Técnica “(AT). Só que este termo foi depois substituído nos anos 70, em virtude da denotação implícita de desigualdade entre os parceiros que a palavra „assistência” carregava, que sugeria uma atitude de caridade dos doadores face à atitude de dependência por parte dos receptores. (PUENTE, 2010, *apud* Mango, P32 2016)

Levando em consideração a cooperação Sul-Sul, pois, esse tipo de cooperação se dá através dos países das mesmas zonas, quando o país do Sul ajuda oficialmente no desenvolvimento do país do Sul. Abreu (2012) destaca que a cooperação, no caso dos países do Norte em relação os países do Sul global, é uma ajuda prestada, conforme descrito na citação abaixo.

A Cooperação Sul-Sul como a ajuda cedida pelos países do Sul e a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento como a ajuda prestada pelos países do Norte. O que na verdade não é „ajuda “, mas sim uma cooperação, onde cada lado põe o seu interesse em primeiro lugar. A autora citada afirma que há semelhança nas duas práticas, só que a formulação impede a diferenciação completa das duas práticas de cooperação para desenvolvimento. (ABREU, 2012, *apud* Mango, P29 2016)

Os 10 princípios da Cooperação Sul-Sul realizada em Bandung no ano de 1955 na Indonésia são:

“1) Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos princípios da carta as Nações Unidas. 2). Respeito pela soberania territorial e pela integridade das nações. 3) Reconhecimento da igualdade das raças e entre todas as nações, grandes ou pequenas. 4) Abstenção de intervenção ou interferência nas questões domésticas de outro país. 5). Respeito ao direito da defesa, de acordo com a carta da ONU. 6) Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva com fins de interesse exclusivo às grandes potências. 7) Abstenção de atos de ameaça ou de agressão ou do uso da força contra a integridade territorial e política de qualquer país. 8) Resolução de conflitos por vias pacíficas, como negociação, conciliação e arbitragem ou acordo jurídico de acordo com a carta da ONU. 9) Promoção de interesses mútuos e cooperação. 10) Respeito à justiça e a obrigações interna.” (ABREU, 2012, p.5, *apud* Mango, 2016)

Como bem sabemos que entre dois países qualquer cooperação vislumbram de regras a cumprir. No caso da cooperação Sul-Sul não e diferente a essas normas, a saber o respeito aos direitos humanos, o respeito a soberania do país cooperante e aceitação das diferenças raciais. Estes são alguns dos pressupostos da cooperação Sul-Sul para que haja uma boa relação e acima de tudo o respeito entre os cooperantes.

Para que estes pontos possam ser cumpridos na sua totalidade, precisam de homens e mulheres capazes de interpretar esses pontos da cooperação, para isso acontecer, é necessário uma educação desses homens e mulheres.

A educação é um pilar básico na construção de uma sociedade capaz de formar homens e mulheres com a capacidade de fazer suas próprias escolhas e assumir responsabilidades de caminhar e contribuir na formação de uma nova geração vindoura. Em outras palavras a educação é um campo interseccional onde podemos desenvolver vários conhecimentos através de aprendizagem. Porém, Lucena (2010) afirma que Émile Durkheim

entende a educação como uma poderosa ferramenta para a construção gradativa de uma moral coletiva, fundamental para a continuidade da sociedade capitalista.

Para José Carlos Libâneo a educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas tendo em vista a orientação da atividade humana e na sua relação com o meio social, em determinados contextos de relação com o meio social, em determinado contexto de relações sociais. (2018. p 21).

É nesta linha, a preocupação quanto ao desenvolvimento e equidade social, potencializada através da educação, que constitui a nossa preocupação neste projeto, especialmente visto no campo mais amplo da cooperação entre os países do Sul Global.

8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas científicas precisam de modelos ou formas para serem elaboradas e desenvolvidas. A pesquisa é de caráter qualitativa. Segundo Minayo (2001), “uma pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. No entanto, achamos que essa essência é adequada a nossa investigação.

Neste sentido, escolhemos a pesquisa bibliográfica e documental como metodologias a serem seguidas, na qual servirão de vetor de todo o processo da investigação.

Portanto, vamos realizar revisão bibliográfica, buscando através da identificação e seleção de novo bibliográfico, aprofundado a leitura e as reflexões sobre as questões colocadas. Em seguida coletar os dados e informações através de leituras sobre o assunto. De acordo, com Antônio Carlos Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Porém, as fontes bibliográficas que nos interessam são artigos ou livros que podem ser impressos ou jornais, e também textos eletrônicos que procuraremos nas bibliotecas ou nos bancos de dados da internet, monografias, dissertações e teses também.

A análise de documentos será feita com dados coletados a partir de pesquisa em arquivos públicos e também em acervos particulares. Ademais outras fontes e dados estatísticos serão explorados. Em especial, o trabalho com os dados estatísticos referentes aos estudantes disponíveis nos arquivos da Unilab para caracterizar o perfil deles, a exemplo: cursos, idade, localidade de origens, Segundo SEVERINO (2007)

Pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível,

decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses. Esta pesquisa vai ser realizada por meio de autores que fala a respeito dessa temática, fazendo um diálogo entre referência antigas e contemporâneos a cerca conceito, vamos trabalhar com metodologia qualitativa que surge como uma possibilidade de Produção de conhecimento científico, por levar em conta a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediante seu contexto histórico e social, de acordo com Martins (2004)

“[...] característica importante da metodologia qualitativa consiste na Heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e Intuitiva.” (pag. 292)

Por fim, pretende-se realizar algumas entrevistas com estudantes guineenses ainda emgressos no processo de formação para saber de suas expectativas com a vinda para estudar no Brasil, bem como com alguns que já concluíram sua formação e retornaram ou não para a Guiné-Bissau.

9 CRONOGRAMA

Atividades	1 SEM	2 SEM	3 SEM	4 SEM
Pesquisa exploratória				
Revisão de Literatura				
Leitura, produção de resumos e Fichamentos				
Escrita do pré-projeto				
Coleta e análise de dados e informações				
Elaboração e Escrita do Projeto (TCC)				
Entrega e defesa do TCC				

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a escrita deste projeto, após definir o tema e construir problema de pesquisa, passei a realizar a pesquisa bibliográfica exploratória com a finalidade de identificar e selecionar autores e autoras que haviam pesquisado sobre a temática escolhida. Ao passo que ia construindo um acervo bibliográfico (artigos, monografias, dissertações e teses) sobre o tema da pesquisa, passei às leituras e o fichamento do material selecionado.

Neste processo, pude acessar alguns dados e informações preliminares sobre os estudantes guineenses na Unilab junto com a Diretoria de Registro e controle Acadêmica (DRCA), fornecendo pistas importantes a serem perseguidas e aprofundadas no desenvolvimento da pesquisa.

Outro ponto que será foco desta investigação as transformações ocorridas no ensino guineense, na formação de jovens através do projeto Educacionais implementado na Guiné-Bissau, em perspectiva com os projetos de formação profissional e Estes e outros dados são os quais pretendo aprofundar e analisar com o desenvolvimento deste projeto no segundo ciclo de formação na terminalidade na Unilab.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil Para África. Brasília, 2013.** Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf. Acesso em: 28. Fev. 2018.

Agência Brasileira de Cooperação. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África.** Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf

ALMEIDA, Luiza Brasileiro de. **Os Efeitos dos Acordos de Cooperação Sul-Sul Sobre os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil.** Universidade Federal de Lavras - MG. 2015.

AMORIM, Celsio. **Breves narrativas diplomáticas: África: Reencontro.** 2013. Brasil-Relações Exteriores. Política Internacional. -- in: Editora Benvirá, São Paulo, 2013. 168 p.

AUGEL, Moema Parente. **Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na guiné-bissau e a construção da guneidade.** In Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 15, n. 2, jul./dez., 2009. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BATHILLON, Aldine Valente. **Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil.** UNILAB. São Francisco do Conde 2016.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil, na visão de estudantes e profissionais de 3º grau. 2009. 186 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251547>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CA, Lourenço Ocuni. Política educacional da Guine-Bissau de 1975 a 1997. 1999. 197p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253240>. Acesso em: 26 jul. 2018.

CAMBANCO, Deuinalom Fernando. **Relações Bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no Plano Educacional Durante Governo Lula (2003-2010).** Instituto de Humanidades e Letras (Trabalho de Conclusão de Curso). São Francisco do Conde, Bahia. Dezembro de 2016. Crítica de Sociologia e Política Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017.

DJALÓ, Mamadú. **Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de (1990-2011).** 279 f. Tese de (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123195/325649.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19. Set. 2017

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed.-SãoPaulo: Atlas,2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **“Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de**

estudantes africanos no Brasil, hoje. Dimensões, vol. 26, 2011, p. 191-204. ISSN: 2179-8869.

Inserção de Africanos no Contexto Universitário Brasileiro. Terceiro Milênio: Revista INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.** Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: IPEA, ABC, 2010.

ITAMARATY. Divisão de temas Educacionais. **Histórico do PEC-G.** Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html> acesso em: 15 de Abr. de 2014

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro.** Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017

LUCENA, Carlos. **O Pensamento Educacional de Émile Durkheim.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010 - ISSN: 1676-2584.

MANGO, Felizberto Alberto. **A Cooperação Brasil-Africa Durante os Mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) Solidariedade e/ou Interesse?.** Instituto de Humanidades e Letras (Trabalho de Conclusão de Curso). Redenção, Ceará. Fevereiro de 2016.

MILANI, R.S. Carlos; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?

MILANI, Carlos RS; DA CONCEIÇÃO, Francisco Carlos; SABA M'BUNDE, Timóteo. **Cooperação sul-sul em educação e relações Brasil-Palop.** Caderno CRH, v. 29, n. 76, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3476/347645346002/>>. Acesso em: 18.Out.2017

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PUREZA, M. José et al. **Prevenção de Conflito Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional.** Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.

TÉ, Wilson Pedro. **Relações Exteriores da Guiné-Bissau: Um Estudo das Relações Bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014).** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas. São Paulo. 2015.

TCHAM, Ismael. **A África fora de casa: sociabilidade, trânsitos e conexões entre estudantes africanos no Brasil** Dissertação de Mestrado 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. v. 22. 132p .

VISENTINE, Paulo G. Fagundes. África e as Potências Emergentes: o sul e a cooperação profana. Revista Austral, Porto Alegre, V.3, n.5, Jan-Jun. 2014. P. 42-68.

Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf> acesso em: 28/07/2014.